



COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

IX LEGISLATURA

2.ª Sessão Legislativa

Dia: 27 de Maio de 2004

Hora: 14.00

Sala: 13

Entidade: Prof. Eng. Rogério de Castro

Assunto: Discordância IC25 - Nó da EN 106 / Nó do PI9

Recebida por: Grupo de Trabalho constituído pelos Senhores Deputados Costa e Oliveira (PSD), Herculano Gonçalves (CDS-PP), Rodeia Machado (PCP) e Teresa Venda (PS), na qualidade de coordenadora.

Preocupações expressas:

- O audiente em súmula disse o seguinte:

- Filho de agricultores, há cerca de 20 anos que tem lutado para o desenvolvimento do seu projecto agrícola “Quinta da Lourosa, Lda.”, a par da sua actividade como catedrático na área da vitivinicultura;
- Através de instrumentos vários como compra e venda, troca e arrendamento de terrenos, conseguiu construir uma área economicamente útil, na qual se associam cerca de 20 prédios rústicos, com cerca de 33 ha de vinha;
- A Quinta tem vindo a desenvolver-se em várias vertentes, tais como a experimentação e formação, com a ligação a organismos como o Instituto Superior de Agronomia, a Universidade do Porto, o INIA e as suas Estações, Direcção Regional de Agronomia de Entre-Douro-e-Minho e Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes;



- Graças a esta actividade, foi possível desenvolver materiais biológicos e modelos de condução da vinha relevantes para a comunidade em geral e para a empresarial vitivinícola em particular, alguns dos quais com apoios PIDDAC;
- Em termos comerciais conseguiu desenvolver vinhos premiados, com uma produção orientada quer para o consumo interno, quer para exportação de vinhos de alta qualidade, para o qual tem recebido diversos apoios comunitários;
- Complementarmente foi desenvolvido um processo de Turismo Rural e Eno-Turismo, para o qual recebeu fundos do Programa Leader-II, do Fundo de Turismo e aprovação da Direcção-Geral do Turismo;
- Após todo este esforço depararam-se com o facto de ter sido decido construir uma via de comunicação com características de auto-estrada, na qual não apenas divide a propriedade em dois, como lhe retira toda a capacidade para o Turismo Rural, visto que a via projectada passará a menos de 5 metros das casas especialmente recuperadas para o efeito;
- Para além do mais este traçado irá “soterrar” a freguesia por um arco de betão, “ficando entalhada entre uma muralha e a cordilheira que a separa de Barrosas, num total desprezo pelos projectos de desenvolvimento integrado”;
- Apresentou ainda um ofício da Comissão Vitivinícola da Região dos Vinhos Verdes, dirigida ao Senhor Presidente do Instituto do Ambiente, o qual se anexa, na qual não apenas é reconhecida a categoria dos vinhos produzidos, como da sua importância como centro de investigação e experimentação na área da viticultura regional;
- Finalmente referiu que existem alternativas a este projecto (chamada de “alternativa 2”), da autoria da Empresa Concessionária (Luso Scut), conforme mapa que se anexa, a qual, por sinal também é a considerada como preferível pela Comissão Vitivinícola dos Vinhos Verdes, visto ser “menos penalizante para o património vítico regional, acrescentando ainda o facto de que em termos de movimentação de terras, a primeira alternativa é “muito mais agressiva que a alternativa 2”;
- Finalmente referiu não ser contra a construção de vias de comunicação, realçando, no entanto, que as mesmas deverão ser adequadas à região onde se encontra.



Possíveis vias de solução: Vários Senhores Deputados usaram da palavra:

- O Senhor Deputado Costa e Oliveira (PSD) congratulou-se com a existência de agricultores capazes e que esta questão se resume ao facto de, actualmente, se considerar aceitável que se sacrifiquem excelentes explorações agrícolas para efeitos de expansão de um qualquer outro modelo de desenvolvimento;

Considerou ainda que o Senhor Audiente tem razão até porque existem percursos alternativos igualmente eficazes para a construção desta via, pelo que lhe dava não apenas a sua solidariedade pessoal como a solidariedade do PSD;

- O Senhor Deputado Rodeia Machado (PCP) disse que, do que leu, nos encontramos perante um caso de flagrante injustiça, já que se irá destruir uma exploração modelo. Considerou ainda que se está perante uma forte insensibilidade dos técnicos que desenharam o projecto;

Propôs ainda que este relatório fosse enviado para todos os Ministérios envolvidos, nomeadamente:

Ministério das Obras públicas, Transporte e Habitação;

Ministério da Economia;

Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente;

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas,

o que mereceu o consenso dos Senhores Deputados presentes;

- O Senhor Deputado Herculano Gonçalves (CDS-PP), realçou que actualmente dificilmente se vê a defesa dos interesses da Agricultura, e que concordava com tudo o que já tinha sido dito anteriormente.

Questionou ainda o Senhor Prof. Rogério de Castro sobre quais os prazos sobre os quais se está a trabalhar.

- O Senhor Professor elucidou que o Instituto do Ambiente deverá tomar uma decisão de avaliação do Estudo de Impacte Ambiental até ao próximo dia 26 de Julho;

- A Senhora Deputada Teresa Venda (PS) realçou o facto de ver com satisfação ser unânime a posição dos deputados presentes na necessidade de abraçarem a defesa desta causa. Salientou, nomeadamente o mérito da concretização da acção de emparcelamento funcional da propriedade e que viabilizou o desenvolvimento de uma exploração



economicamente viável. Lembrou a importância das acções de emparcelamento na alteração das deficiências estruturais da agricultura portuguesa e quanto isso tem sido difícil face à fragmentação da propriedade e aos constrangimentos culturais. Via, assim, com preocupação, a Quinta da Lourosa, visivelmente um caso de sucesso, como era aliás reconhecido pela diferentes entidades públicas, estar em risco de ser destruída.

Síntese e Conclusões:

Está ameaçado um património exemplar, construído ao longo de 20 anos de investimento e estudo, composto por vinhas que representam parte do património genético regional e integram alguns projectos de Investigação nacionais, face a um dos trajectos equacionados para a IC 25 (Nó da EN 106 / Nó do IP9- Lousada). Salientam-se os seguintes factos:

1. A Quinta da Lourosa desenvolveu uma exploração onde releva no domínio empresarial o sucesso na produção de vinhos de qualidade, vários premiados, destinados ao mercado interno e externo e a complementaridade com o Turismo Rural e o Enoturismo
2. No Domínio da Investigação e Experimentação tem participado e participa em diversos projectos em ligação e sob coordenação de diferentes Organismos Oficiais
3. Como é reconhecido pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV), a Quinta de Lourosa foi pioneira no desenvolvimento de um verdadeiro emparcelamento funcional criando áreas de vinhas exemplares e, tem caminhado lado a lado com a CVRVV no desenvolvimento regional, como forma de melhorar os níveis de produtividade e qualidade do Vinho Verde. (Em anexo - Carta da CVRVV)
4. O Documento do Instituto de Estradas de Portugal/ Luso SCUT que integra o Estudo Prévio de Impacto Ambiental do Itinerário Complementar nº 25 (IC25), uma via de comunicação com características de auto-estrada, mostra uma completa omissão no reconhecimento da valia económica e de desenvolvimento rural do sector agrícola na região.
5. A Quinta de Lourosa foi apoiada e tem projectos em curso integrados em Programas Comunitários e Nacionais. Entre outros o Fundo de Turismo, o Programa Leader, o Programa Vitícola nacional, o PAMAF e o Programa AGRO.
6. Não está em causa a construção de novas vias de comunicação, mas contesta-se uma solução, suportada por um estudo feito em gabinete sem observação das condições no local e que destrói um património de valor reconhecido, sem ter em conta Pareceres dos diferentes Organismos que promovem o desenvolvimento regional da zona.



O Professor Rogério de Castro solicita a mediação da Comissão de Agricultura para sensibilizar os organismos competentes a equacionarem outras alternativas a este projecto onde a componente agrícola e turística esteja devidamente avaliada em termos de impacto ambiental.

Perante os factos descritos, e estando em causa a viabilidade e sustentabilidade económica de uma exploração exemplar que contribui para o desenvolvimento socio-económico sustentável da zona rural envolvente, propõe-se que seja solicitado aos Ministérios envolvidos, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Ministério das Obras Públicas , Transportes e Habitação, Ministério da Economia e Ministério da Agricultura, estudos complementares que ponderem, no itinerário a adoptar, os interesses sectoriais e territoriais relevantes e aqui relevados através do exemplo da Quinta de Lourosa.

Palácio de S. Bento, em 27 de Maio de 2004.

A Coordenadora do Grupo de Trabalho,

O Presidente,

(Teresa Venda)

(Álvaro Barreto)

mfm/